

# PREGÃO ELETRÔNICO

90015/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Laje / BA (983677)

## OBJETO

Contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 206.503,33 (duzentos e seis mil quinhentos e três reais e trinta e três centavos)

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 11/06/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!

1. DO OBJETO .....	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO .....	12
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
9. DO TERMO DE CONTRATO .....	16
10. DOS RECURSOS .....	17
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	17
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	20
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	20



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2026  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**

**PREGÃO ELETÔNICO Nº 90015/2026**  
(Processo Administrativo nº 255/2026)

Torna-se público que a **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**, por meio da Coordenadoria de Licitações, sediada na Rua Raimundo José de Almeida nº 01, Bairro Centro, CEP: 45490-000 Laje – BAHIA, através da Pregoeira, a Sra. **Rayra Verenna Galvão Silva**, nomeada pela Portaria Municipal nº 001, de 05 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial do Município no dia 09 de Janeiro de 2024, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, do Decreto Municipal nº 422, de 26 de julho de 2021, do Decreto Municipal nº 002, de 03 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 2.6.11 pessoas físicas.
- 2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.



4.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.15.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 **Valor total do item;**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante *não* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.



- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 10,00 (dez reais)*.
- 6.9. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.23.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.23.2 empresas brasileiras;

6.23.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.23.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Sicaf;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 conter vícios insanáveis;

7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão enviado exclusivamente via sistema [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.



8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:

8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DO TERMO DE CONTRATO**

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.5. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico e-mail- gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6 fraudar a licitação;

11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 advertência;

11.2.2 multa;

11.2.3 impedimento de licitar e contratar e

11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br](mailto:gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br).
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.laje.ba.gov.br](http://www.laje.ba.gov.br).
- 13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;
  - 13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
  - 13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Mapa de Risco;
- 13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;
- 13.11.3 Anexo III – Modelo de proposta;

Laje, 25 de maio de 2026.

**GILDYRAN SANTANA DE ANDRADE**

**ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO**  
(Processo Administrativo n.º 255/2026)

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

- 1.1. Contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.
- 1.2. A estimativa anual de consumo e o valor máximo estimado para o período de vigência do contrato são aqueles especificados adiante nos seguintes itens:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UND/MED	QUANT MES.	VALOR UNT. ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>CAMINHÃO CAÇAMBA VW/26.280 E CONSTELLATION E5 6X4</b> Diesel MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OZD 8452 RENAVAL: 01001664334 CHASSI 95365826XER418348	22780	und.	1	R\$ 2.456,57	R\$ 2.456,57
02	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONO SEDAN DRIVE 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2022 PLACA: RPL 5I62 RENAVAL: 01328144698 CHASSI: 8AP359AFDNU211112	22764	und.	1	R\$ 1.970,98	R\$ 1.970,98
03	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>TECTOP 15-210 4X2 E6</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO 2023 PLACA: SJV7J26 RENAVAL: 01384054593 CHASSI: 93ZA61LFZP8701321	22780	und.	1	R\$ 13.852,48	R\$ 13.852,48
04	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO SPORTING 1.4</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2013 PLACA: OUJ7797 RENAVAL: 546768741 CHASSI: 9BD195193D045542	22764	und.	1	R\$ 2.188,67	R\$ 2.188,67
05	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONOS SEDAN DRIVE 1,3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2022 PLACA: RPL 8A47 RENAVAL: 01328148090 CHASSI: 8AP359AFDNU217136	22764	und.	1	R\$ 1.970,98	R\$ 1.970,98
06	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT DAILY 30-130CS</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO: 2021 PLACA: REP6F56 RENAVAL: 01275854580 CHASSI: 93ZC135AZN8496114	22780	und.	1	R\$ 5.020,10	R\$ 5.020,10
07	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV9C39 RENAVAL: 01348696963 CHASSI: 9C6DG25D0P0011267	22764	und.	1	R\$ 2.147,97	R\$ 2.147,97
08	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV6A74 RENAVAL: 01348698583 CHASSI: 9C6DG25D0P0011277	22764	und.	1	R\$ 2.147,97	R\$ 2.147,97
09	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVA STRADA FREEDOM CD 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2025 PLACA: TMR7A61 RENAVAL: 01478938703 CHASSI: 9BD281BKPTYBC4862	22764	und.	1	R\$ 2.702,81	R\$ 2.702,81
10	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0</b> Flex, MARCA: Ford ANO 2020 PLACA: RCY4G43 RENAVAL: 01250560230 CHASSI: 9BFZH55L5M8084930	22764	und.	1	R\$ 2.158,31	R\$ 2.158,31
11	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOBI LIKE</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2017 PLACA: PKT 4154 RENAVAL: 01134380981 CHASSI: 9BD341A5XJY470992	22764	und.	1	R\$ 2.357,08	R\$ 2.357,08



12	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLLO /VOLARE MINIBUS V8 L E5</b> Diesel, MARCA: MP Volare ANO 2013 PLACA: OUN 4754 RENAVAL: 00565134442 CHASSI: 93PB54M10EC048333	30127	und.	1	R\$ 5.055,09	R\$ 5.055,09
13	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OUT 7116 RENAVAL: 00590606000 CHASSI: 9BM384069EB923745	30127	und.	1	R\$ 5.300,82	R\$ 5.300,82
14	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD2152 RENAVAL: 00345689607 CHASSI: 9532882W9BR164651	30127	und.	1	R\$ 5.649,19	R\$ 5.649,19
15	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD 3371 RENAVAL: 00345687140 CHASSI: 9532882W5BR164419	30127	und.	1	R\$ 5.512,99	R\$ 5.512,99
16	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZD 6408 RENAVAL: 00345691318 CHASSI: 9532882W8BR170134	30127	und.	1	R\$ 5.512,99	R\$ 5.512,99
17	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZE 3188 RENAVAL: 00350951330 CHASSI: 9532882W8BR170005	30127	und.	1	R\$ 5.512,99	R\$ 5.512,99
18	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 4515, RENAVAL: 00534683118 CHASSI: 9532E82W5DR321216	30127	und.	1	R\$ 6.563,81	R\$ 6.563,81
19	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 6672, RENAVAL: 00534684564 CHASSI: 9532E82W4DR320848	30127	und.	1	R\$ 6.563,81	R\$ 6.563,81
20	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MERCEDES.BENZ-MICRO ONIBUS /LO 916 ESC R</b> Diesel, MARCA: M.BENZ, ANO 2021, PLACA: RPB7H60, RENAVAL: 01294177157, CHASSI: 9BM979282NB250899	30127	und.	1	R\$ 5.022,14	R\$ 5.022,14
21	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS GRANCLASS 150S21E</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2016, PLACA: PKT2972, RENAVAL: 01135416262 CHASSI: 93ZA01LF0H8931805	30127	und.	1	R\$ 6.479,53	R\$ 6.479,53
22	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS 15-210E-C</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2024, PLACA: SKC0J54 RENAVAL: 01399620921 CHASSI: 93ZK61LFZS8705301	30127	und.	1	R\$ 7.294,92	R\$ 7.294,92
23	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPIN LT 1.8 8V Flex</b> , MARCA: Chevrolet ANO 2023, PLACA: RPU4G79 RENAVAL: 01338636330 CHASSI: 9BGJJ7520PE250665	22764	und.	1	R\$ 3.194,59	R\$ 3.194,59
24	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6V Flex</b> , MARCA: Fiat, ANO 2022, PLACA: RPM4C21 RENAVAL: 01328423309 CHASSI: 9BD358ACVPYM29430	22764	und.	1	R\$ 1.649,22	R\$ 1.649,22
25	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW, ANO 2025, PLACA: TMP 3H96 RENAVAL: 01484096115 CHASSI: 953AD5TF1TR032215	30127	und.	1	R\$ 5.776,15	R\$ 5.776,15
26	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW, ANO 2026, PLACA: TMP 3147, RENAVAL: 01484098673 CHASSI: 953AD5TF9TR031734	30127	und.	1	R\$ 5.776,15	R\$ 5.776,15
27	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 SEDAN COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI, ANO 2026, PLACA: THC4G03 RENAVAL: 01460064884 CHASSI: 9BHCP41FATP767677	22764	und.	1	R\$ 2.472,37	R\$ 2.472,37
28	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 LIMITED 1.0 TJD COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI ANO 2025, PLACA: THC3C81 RENAVAL: 01460069380 CHASSI: 9BHCP51EBTP770215	22764	und.	1	R\$ 4.810,92	R\$ 4.810,92
29	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO CG 150 TITAN KS</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2006, PLACA: JQO 8354 RENAVAL: 00916406679 CHASSI: 9C2KC08307R001362	22764	und.	1	R\$ 999,12	R\$ 999,12



30	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLO /VOLARE MINIBUS W9 FLYLITAÇÃO E5</b> Diesel MARCA:MARCOPO VOLARE , ANO 2013, PLACA: EVU4F47 RENAAM: 00565115464 CHASSI: 93PB40N31DC047303	30127	und.	1	R\$ 5.343,60	R\$ 5.343,60
31	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8 V EVO</b> Flex ANO 2018, PLACA: PLF0186 RENAAM: 01165248716 CHASSI: 9BD195A4ZK0846557	22764	und.	1	R\$ 2.223,66	R\$ 2.223,66
32	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>L 200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GLS 2.4 4X4 AUT</b> Flex MARCA: MITSUBISHI ANO:2018, PLACA: PLU 2D63RENAAM: 01199970538 CHASSI: 93XLJKL1TKCJ18354	22764	und.	1	R\$ 4.092,18	R\$ 4.092,18
33	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA MASTER FURGÃO 2.3 16V DCI</b> Diesel MARCA: Renault , ANO 2021, PLACA: RDQ6B30, RENAAM: 01287962049 CHASSI: 93YMAFEXANJ119437	22764	und.	1	R\$ 6.837,11	R\$ 6.837,11
34	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA NOVA FIORINO WORK HARD 1.4 8V</b> Flex MARCA: Fiat , ANO 2021 ,PLACA: RET4A27 RENAAM: 01289862459 CHASSI: 9BD2651MHM9198336	22764	und.	1	R\$ 7.672,52	R\$ 7.672,52
35	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULÂNCIA HILUX CAB DUP 2.8 4X4</b> Diesel MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: SKI 8C45 RENAAM: 01405985973 CHASSI: 8AJDA8CB9R6060734	22764	und.	1	R\$ 8.916,63	R\$ 8.916,63
36	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 1I80 RENAAM: 013276274558 CHASSI: 9BD358ACVPYM29311	22764	und.	1	R\$ 1.649,22	R\$ 1.649,22
37	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 6A63RENAAM: 01327628322 CHASSI: 9BD358ACVPYM29388	22764	und.	1	R\$ 1.649,22	R\$ 1.649,22
38	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA RENAULT MASTER FORGÃO PRO 2.3 16 V DCI</b> Diesel MARCA: Renault ANO 2026, PLACA: THE 5J99 RENAAM: 01452553294 CHASSI: 93YF62S05TJ331382	22764	und.	1	R\$ 7.193,80	R\$ 7.193,80
39	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>TRANSIT MINIBUS 2.0 16 v 18L AUT B46 E AMB</b> Diesel MARCA: Ford ANO 2025, PLACA: TGY6H69 RENAAM: 01448466196 CHASSI: WF0JTTBF0TU019916	30127	und.	1	R\$ 7.176,82	R\$ 7.176,82
40	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>YARIS HATCH XL 1.5</b> Flex MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: TGS1136 RENAAM: 01437734666 CHASSI: 9BRKC3F33S8350951	22764	und.	1	R\$ 3.281,74	R\$ 3.281,74
41	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPRINTER GREEAM 517 CDI EXTRA LONGAT.ALTO ( E6)</b> Diesel, MARCA: M.Benz, ANO 2023,PLACA: SJP6D42 RENAAM: 01371423471 CHASSI: 8AC907643RE231287	22764	und.	1	R\$ 7.176,82	R\$ 7.176,82
42	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA A AMBULÂNCIA MÁSTER L2 RAY AB., ( DIESEL MARCA: <b>RENAUT ANO 2026, PLACA: TNT8J47</b> RENAAM:01486570884 CHASSI:93YF62S08VJ539159 )	22764	und.	1	R\$ 7.550,50	R\$ 7.550,50
43	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2012,PLACA: OKM 8403 RENAAM: 00484038427 CHASSI: C2K00540CR548617	22764	und.	1	R\$ 1.309,80	R\$ 1.309,80
44	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO: 2012, PLACA:OKM1256 RENAAM: 00484034987 CHASSI: 9C2K00540CR557338	22764	und.	1	R\$ 1.309,80	R\$ 1.309,80
45	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0 TICVT</b> Flex MARCA: Ford, ANO 2020 ,PLACA: RCU 4D46 RENAAM: 01242053708 CHASSI: 9BFZH55L4M8048114	22764	und.	1	R\$ 2.129,32	R\$ 2.129,32
46	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO PEUGEOT 208 HATCH LIKE MT 1.0 6V</b> Flex MARCA: PEUGEOT ANO 2023, PLACA: SJP 3G71 RENAAM: 01370318429CHASSI: 8ADUEFC23RG528799	22764	und.	1	R\$ 2.869,87	R\$ 2.869,87
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>					<b>R\$ 206.503,33</b>	



**TOTAL ESTIMADO: R\$ 206.503,33 (duzentos e seis mil, quinhentos e três reais e trinta e três centavos).**

1.3. O(s) serviço(s), objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante deste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. A estimativa de preços foi precedida de regular pesquisa, nos moldes do art. 23 da Lei nº 14.133/21 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).**

2.1. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)**

3.1. Os requisitos da Contratação encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.3. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro total (seguro compreensivo) para os veículos leves e pesados da frota municipal deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

### **3.2 Requisitos Gerais**

a) A seguradora deverá estar devidamente autorizada a funcionar no país, com registro regular junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), bem como apresentar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica;

b) Comprovação de capacidade técnica para a prestação dos serviços, demonstrando experiência na oferta de seguro veicular;

c) Atendimento às normas legais e regulamentares aplicáveis ao setor securitário.

### **3.3 Requisitos da Cobertura**

3.3.1. O seguro deverá ser do tipo **compreensivo (seguro total)**, contemplando, no mínimo:

a) Cobertura de casco (colisão, incêndio, furto, roubo e danos causados pela natureza) de, no mínimo, o valor de mercado referenciado - 100% da tabela Fipe;

b) RCF/DMT (danos materiais a terceiros) - R\$ 100.000,00 (por veículo);

c) RCF/DPT (danos pessoais a terceiros) - R\$ 80.000,00 (por veículo);

d) APP (acidente pessoal por passageiros) - morte - R\$ 10.000,00 (por pessoa);

e) APP (acidente pessoal por passageiros) - invalidez permanente parcial - R\$ 15.000,00 (por pessoa);

f) Danos morais e estéticos (dm) - R\$ 10.000,00;





- g) Cobertura para vidros, retrovisores, lentes e faróis - rede referenciada - R\$ 25.000,00;
- h) Assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos, passageiros e motoristas, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, com guincho e reboque ilimitado (sem limite de km); por um período de um ano, para toda a frota de veículos oficiais pertencentes ao município de Laje-Bahia.
- i) O seguro deverá contemplar, além das coberturas básicas, a disponibilização de **carro reserva**, por período mínimo de 20 dias, em caso de sinistro, pane ou indisponibilidade do veículo segurado, conforme condições da apólice.

A inclusão de carro reserva justifica-se pela necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando paralisações em atividades como saúde, transporte escolar e assistência social.

### **3.4 Requisitos Operacionais**

- a) Emissão da apólice no prazo máximo a ser definido no instrumento contratual;
- b) Indicação de canal direto para abertura e acompanhamento de sinistros;
- c) Prazo razoável para regulação e pagamento de indenizações, conforme normas do setor;
- d) Disponibilização de rede credenciada compatível com a região de circulação dos veículos.

### **3.5 Requisitos Contratuais**

- a) Vigência de 12 (doze) meses, contados da emissão da apólice;
- b) Definição clara dos valores de franquia;
- c) Previsão de endosso para eventuais alterações necessárias durante a vigência;
- d) Indicação formal de fiscal do contrato para acompanhamento e controle da execução.

### **3.6 Requisitos de Sustentabilidade e Interesse Público**

A contratação visa assegurar a proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas do Município, por meio da cobertura securitária dos veículos da frota municipal, reduzindo riscos financeiros decorrentes de eventuais sinistros e garantindo maior segurança na utilização dos veículos oficiais.

### **3.7. Da Apólice**

3.7.1. O custo, por apólice, a ser pago pela Prefeitura Municipal não deverá exceder os limites indicados no Termo de Referência.

3.7.2. Acontecendo de uma mesma empresa arrematar mais de um item para cobertura de seguro, a mesma deverá emitir as apólices individualizado por secretaria que contemple todos os itens arrematados;

3.7.3. A apólice de seguro automotor adotada deverá, ainda, conter impreterivelmente, a descrição dos itens conforme o subitem

3.7.4. A empresa deverá entregar as apólices na Secretaria Municipal de Transportes ,no prazo





máximo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

3.7.5. E, para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 30 dias a contar de pedido expresso pela Secretaria Municipal de Transportes.

#### **4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).**

4.1. A execução do objeto ocorrerá mediante a emissão da apólice de seguro veicular, com cobertura total (compreensiva), para os veículos pertencentes à frota municipal, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.2. A seguradora contratada deverá garantir a cobertura securitária durante toda a vigência do contrato, conforme as condições e limites estabelecidos na apólice.

4.2.1. observados os valores de cobertura constantes no Termo de Referência.

4.3. Em caso de sinistro, a contratada deverá disponibilizar canais de atendimento para abertura e acompanhamento do processo, bem como cumprir os prazos de regulação e pagamento de indenização previstos na legislação aplicável e nas condições da apólice.

#### **5. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

5.1. Não se aplica ao objeto da contratação.

#### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)**

##### **6.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).6.1.2.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.1.4. Os fiscais do contrato serão designados pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

6.1.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).



6.1.7. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).

6.1.8. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

6.1.9. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.10. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.1.11. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.12. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.13. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.14. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.15. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.1.16. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação fiscal e trabalhista da empresa.

6.1.17. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.1.18. Deverá ser verificado o prazo máximo de atendimento para sinistros não superior a 15 (quinze) dias corridos.

6.1.19. Em caso de sinistro a seguradora terá prazo máximo de 24h para remoção do veículo.

6.1.20. Segundo informações prestadas pela seguradora, o prazo para efetiva prestação da assistência poderá variar conforme as características do local da ocorrência, a complexidade da necessidade técnica apresentada e a distância em relação ao prestador terceirizado mais próximo disponível para atendimento.



Contudo, o atendimento deverá ocorrer em prazo razoável e compatível com a natureza da ocorrência, não podendo exceder o tempo necessário para o acionamento do prestador disponível mais próximo, acrescido do respectivo tempo de deslocamento até o local indicado.

#### Prazos de Resposta Operacional e Administrativa

7. **Liquidação de Sinistro (Indenização Integral):** Até **30 dias corridos**, contados a partir da entrega de toda a documentação básica exigida.
8. **Regulação e Liquidação de Reparos:** A regulação deve ser feita em **30 dias**, e o prazo para a liquidação final (reparo/pagamento) pode se estender por mais **60 dias para veículos leves e 120 dias para veículos pesados**.
9. **Análise da Proposta ou Alteração de Risco:** A seguradora tem **15 dias corridos** para aceitar ou recusar a proposta a partir do seu recebimento.
10. **Emissão de Apólice ou Endosso:** Até **15 dias corridos** após a aceitação da proposta.
11. **Devolução de Prêmios ou Valores Indevidos:** Prazo de até **10 dias corridos** para a restituição de valores ao segurado em casos de rescisão ou pagamentos indevidos.
12. **Análise de Solicitação de Endosso (Reintegração de Verba):** Até **15 dias corridos** para informar a decisão ao segurado.

## 6.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

6.2.1. A aferição da execução contratual será realizada mediante verificação da emissão da apólice de seguro e das respectivas coberturas contratadas para os veículos da frota municipal.

6.2.2. O pagamento será efetuado após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente acompanhada da apólice de seguro emitida pela seguradora, comprovando a efetiva cobertura dos veículos contratados.

6.2.3. O fiscal do contrato verificará a conformidade das informações constantes na apólice, bem como o atendimento às coberturas e condições previstas no Termo de Referência e no contrato.

6.2.4. Constatada qualquer irregularidade na execução do objeto, o pagamento poderá ser suspenso até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

## 6.3. DO RECEBIMENTO

6.3.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato após a apresentação da apólice de seguro e demais documentos pertinentes, para verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6.3.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias, após a verificação da regularidade da apólice, das coberturas contratadas e da inclusão dos veículos da frota municipal segurados.

6.3.3. Caso sejam constatadas irregularidades na documentação apresentada ou nas condições da apólice, a contratada será notificada para realizar as correções necessárias no prazo a ser estabelecido pela Administração.

6.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade e fiel cumprimento das obrigações contratuais.



## 7. DO PAGAMENTO

### Prazo de pagamento

7.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **10 (dez) dias úteis**, contados da finalização da liquidação da despesa, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, conforme disposto na **Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022**.

7.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### Forma de pagamento

7.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.4. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total.

### Reajuste

7.9. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data base da pesquisa de preços.

7.9.1. Após o interregno de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, aplicando-se o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, ou outro que venha a substituí-lo.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei n. 14.133/2021)

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de **processo LICITATÓRIO na modalidade Pregão Eletrônico**, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço global**.

8.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. Comprovação de autorização de funcionamento expedida pela **Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)**, demonstrando que a licitante está apta a operar no ramo de seguros objeto da contratação.

8.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

8.14 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);





8.17 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

#### **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.21 certidões negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

#### **Qualificação Técnica**

8.22. Para fins de contratação, a empresa proponente deverá comprovar sua capacidade técnica para execução do objeto, por meio da apresentação dos seguintes documentos:

a) Registro ou autorização de funcionamento emitido pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que comprove a regular atuação da empresa como seguradora ou corretora de seguros, conforme o caso;

b) Atestado (s) de capacidade técnica, emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação de serviços compatíveis em características e quantidades com o objeto pretendido, especificamente na área de seguro automotivo com cobertura total e assistência 24 horas;

c) Comprovação de que a empresa possui estrutura operacional suficiente para atendimento das demandas, incluindo rede de assistência 24 horas (guincho, socorro mecânico, atendimento a sinistros etc.), com atuação na região onde se encontram os veículos segurados.

#### **Qualificação Técnico-Operacional**

8.23 A qualificação técnico-operacional será verificada por meio de:

8.23.1. Comprovação de que a empresa disponibiliza canais de atendimento ao cliente 24 horas por dia (central telefônica, aplicativo, website, etc.);

8.23.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

8.23.3 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos;

8.23.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.





8.24 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.25 A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

## **9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de **recursos próprios do orçamento vigente do Município**.

9.1.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA E RURAL</b>			
<b>ANO</b>	<b>AÇÃO</b>	<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>	<b>FONTE DE RECURSO</b>
2026	2202	3.3.90.39.00	1500000001
2026	2202	3.3.90.39.00	1720000000
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA</b>			
2026	2020	3.3.90.39.00	1540000001
2026	2107	3.3.90.39.00	1500100100
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE</b>			
2026	2042	3.3.90.39.00	1600000001
2026	2044	3.3.90.39.00	1600000001
2026	2046	3.3.90.39.00	1500100200
2026	2046	3.3.90.39.00	1720000000
<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL</b>			
2026	2040	3.3.90.39.00	1550000001
2026	2040	3.3.90.39.00	1660000001
2026	2053	3.3.90.39.00	1660000001

9.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **10. MÉTODO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS**

10.1 O valor estimado da contratação foi apurado por meio de pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras da Secretaria de Administração e Finanças deste Município, utilizando como bases fontes públicas, compreendendo inciso I e II, contrato vigente e pesquisa direta ao fornecedor consolidado em planilha.

10.2. A pesquisa considerou valores praticados no mercado e em contratações recentes da Administração Pública, observando a compatibilidade com as especificações do objeto, de modo a assegurar estimativa condizente com a realidade mercadológica, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

10.3. Os preços coletados foram analisados e consolidados pelo Setor de Compras, adotando-se como valor estimado o resultado obtido a partir da média dos valores válidos ou outro método estatístico adequado, conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.



10.4. A memória de cálculo, bem como os documentos que instruem a pesquisa de preços, encontram-se devidamente anexados aos autos do processo administrativo correspondente, assegurando transparência e rastreabilidade.

## **11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1. O valor estimado da contratação foi apurado mediante pelo Setor de compras da Secretaria de Administração e Finanças através de **CESTA de preços realizada com a utilização do sistema Fonte de Preços, contrato vigente e solicitação de proposta à fornecedores**. O valor estimado para a contratação é R\$ 206.503,33 (duzentos e seis mil, quinhentos e três reais e trinta e três centavos).

11.2. A pesquisa de preços deverá observar os parâmetros previstos na legislação vigente, considerando contratações similares realizadas por outros órgãos da Administração Pública, bem como propostas obtidas junto a empresas do ramo.

11.3. O valor estimado da contratação servirá como **referência para a análise das propostas apresentadas no processo licitatório**, não constituindo obrigação para a Administração quanto à contratação pelo valor máximo estimado.

## **12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

São obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este contrato, apólice de seguro e Termo de Referência;

12.1.2. Fornecer à CONTRATADA todas as informações necessárias à execução do contrato, especialmente quanto às características, identificação e utilização dos veículos da frota;

12.1.3. Receber a apólice de seguro no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.4. Comunicar formalmente à CONTRATADA a ocorrência de sinistros envolvendo os veículos segurados, prestando todas as informações necessárias à regulação;

12.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive quanto ao cumprimento das coberturas contratadas;

12.1.6. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre falhas, irregularidades ou descumprimento das condições da apólice, para que sejam sanadas;

12.1.7. Efetuar o pagamento do prêmio do seguro à CONTRATADA, no prazo, forma e condições estabelecidos neste contrato e no Termo de Referência;

12.1.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na legislação e neste contrato, quando cabíveis;

12.1.9. Encaminhar ao órgão jurídico do Município as demandas decorrentes do descumprimento contratual, quando necessário;

12.1.10. Emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, admitida prorrogação motivada por igual período;

12.1.11. Analisar e responder aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, no prazo legal;

12.1.12. Manter atualizadas as informações da frota segura, comunicando inclusões, exclusões ou alterações de veículos, conforme previsto no Termo de Referência;

12.1.13. Solicitar à CONTRATADA a emissão de documentos fiscais relativos ao prêmio do seguro, quando necessário, para fins de pagamento.



O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros decorrentes de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **12.2 Obrigações do Contratado**

São obrigações da CONTRATADA:

- 12.2.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato, da apólice de seguro e do Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto;
- 12.2.2. Emitir a apólice de seguro da frota no prazo estabelecido, contemplando todas as coberturas contratadas;
- 12.2.3. Garantir a cobertura securitária conforme previsto na apólice, incluindo, no mínimo:
  - a) colisão;
  - b) roubo e furto;
  - c) incêndio;
  - d) danos materiais, corporais e morais a terceiros;
- 12.2.4. Disponibilizar assistência 24 (vinte e quatro) horas, em todo o território nacional, para atendimento aos veículos segurados;
- 12.2.5. Atender prontamente às solicitações do CONTRATANTE relativas à abertura, acompanhamento e regulação de sinistros;
- 12.2.6. Proceder à regulação e liquidação dos sinistros nos prazos e condições previstos na apólice e na legislação aplicável;
- 12.2.7. Disponibilizar canais de atendimento eficazes e suporte técnico à Administração durante toda a vigência do contrato;
- 12.2.8. Manter rede credenciada apta à prestação dos serviços de assistência, reparo e demais coberturas contratadas;
- 12.2.9. Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, quando decorrentes de falha na execução do contrato ou descumprimento das condições da apólice;
- 12.2.10. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer situações que possam comprometer a execução do contrato ou a cobertura securitária;
- 12.2.11. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.2.12. Apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- 12.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato;
- 12.2.14. Cumprir integralmente as disposições do Termo de Referência, que integra este contrato para todos os fins.

## **13. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** A contratação decorrente deste Termo de Referência será formalizada mediante assinatura do **contrato administrativo** ou **instrumento equivalente**, obedecendo aos prazos e condições previstas no edital.

**13.2.** A execução do objeto contratado deverá respeitar a legislação vigente, normas técnicas aplicáveis e as especificações constantes neste Termo de Referência.

**13.3.** O pagamento será realizado de acordo com o cronograma financeiro previsto no edital e no contrato, mediante apresentação de documentos fiscais válidos, atestação de serviços ou entrega de materiais conforme o objeto contratado.



**13.4.** O valor estimado da contratação, obtido conforme pesquisa de preços e levantamento de mercado, servirá apenas como referência para a análise das propostas, não constituindo obrigação da Administração de contratar pelo valor máximo estimado.

**13.5.** Todos os participantes do certame deverão atender aos requisitos de **habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnico-operacional, qualificação econômico-financeira** e demais exigências previstas neste Termo de Referência e no edital.

**13.6.** Os casos omissos ou situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidos pelo **preposto da Administração responsável pelo certame**, com base na legislação vigente e nos princípios da Administração Pública, em especial legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

**13.7.** Este Termo de Referência faz parte integrante do edital de licitação e do processo administrativo que originou o procedimento licitatório.

**13.8.** Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados à Comissão de Licitação, respeitando os prazos e formas de comunicação previstos no edital.

Laje-Bahia, 30 de março de 2026.

Elaborado:

\_\_\_\_\_  
Ivana Sousa da Silva  
Comissão de planejamento

Autorizado:

\_\_\_\_\_  
**GILDYRAN SANTANA DE ANDRADE**  
SECRETÁRIO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA E RURA



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 255/2026**  
**SD – SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº 09/2026**  
**PROTOCOLO Nº 1881/2026**

### **1. Objeto**

- 1.1. Contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.

### **2. Descrição da necessidade**

- 2.1. A presente contratação decorre da necessidade de garantir a proteção integral da frota de veículos pertencente ao Município de Laje/BA, os quais são indispensáveis para a execução das atividades administrativas e a prestação contínua dos serviços públicos essenciais à população.
- 2.2. Considerando que os veículos oficiais são amplamente utilizados no atendimento às demandas das diversas secretarias, incluindo saúde, educação, assistência social e infraestrutura, faz-se imprescindível a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total, abrangendo cobertura contra colisões, roubos, furtos, incêndios, danos materiais e pessoais, bem como assistência 24 horas.
- 2.3. A inexistência de cobertura securitária expõe o patrimônio público a riscos significativos, podendo ocasionar prejuízos financeiros ao erário e comprometer a continuidade dos serviços prestados aos munícipes, especialmente em situações emergenciais.
- 2.4. Dessa forma, a contratação visa assegurar maior segurança, previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão da frota municipal, garantindo que os veículos permaneçam em condições adequadas de uso e disponíveis para atendimento das demandas institucionais, sem interrupções.

### **3. Área requisitante**

<b>Área Requisitante</b>	<b>Responsável</b>
Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana e Rural.	Ivana Sousa Silva
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Joemille Santos Leal Secretaria
Secretaria Municipal de Saúde.	Keila Aparecida Rocha Santos
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	Ricardo Rafael Duarte Silva

### **4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

- 4.1.1. A definição dos requisitos de contratação necessários e suficientes para a escolha da solução ótima é um pilar fundamental no planejamento do processo licitatório. Esta seção visa estabelecer critérios claros e objetivos, incorporando práticas de sustentabilidade, conformidade com legislações e regulamentações aplicáveis, e a busca por padrões mínimos



de qualidade e desempenho. A consideração destes elementos é crucial para assegurar que a contratação atenda eficazmente às necessidades identificadas, promovendo ao mesmo tempo a responsabilidade socioambiental e o desenvolvimento sustentável, em alinhamento com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

**4.1.2. Cobertura Compreensiva (Colisão, Incêndio e Roubo/Furto)**  
Cobertura securitária que garante indenização por danos materiais ao veículo segurado decorrentes de colisão, abalroamento, capotamento, incêndio, explosão, bem como nos casos de roubo ou furto, total ou parcial. Trata-se da cobertura básica do seguro, podendo ser contratada com valor referenciado na tabela FIPE ou valor determinado.

**4.1.3. Danos a Terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa – RCF)**

Cobertura destinada ao ressarcimento de danos materiais e corporais causados a terceiros em decorrência de sinistro envolvendo o veículo segurado. Inclui:

- Danos materiais (veículos, imóveis, etc.);
- Danos corporais (lesões físicas);
- Custas judiciais e honorários advocatícios, quando aplicáveis.

**4.1.4. APP – Acidentes Pessoais de Passageiros**

**4.1.5. Cobertura que garante indenização por morte acidental e/ou invalidez permanente total ou parcial dos ocupantes do veículo segurado, em decorrência de acidente de trânsito.** Pode incluir também despesas médico-hospitalares, conforme apólice.

**4.1.6. Franquia**

Valor previamente estipulado em contrato, a ser suportado pela Administração (segurado) em caso de sinistro parcial. A seguradora arca com o valor excedente ao da franquia. Deve ser claramente definida (normal, reduzida ou majorada), pois impacta diretamente no custo da apólice.

**4.1.7. Assistência 24 horas**

Serviço complementar que assegura suporte ao veículo segurado e seus ocupantes, incluindo:

- Socorro mecânico emergencial;
- Reboque/guincho;
- Chaveiro;
- Troca de pneus;

Pane seca (falta de combustível).

Deve ser especificada a abrangência territorial e limites de utilização.

**4.1.8. Guincho (Reboque)**

Serviço de remoção do veículo em caso de pane ou sinistro, com definição expressa da quilometragem máxima por evento (ex.: 100 km, 300 km ou ilimitado), sendo essencial sua delimitação no ETP.

**4.1.9. Carro Reserva**

**4.1.10. Disponibilização de veículo substituto ao segurado durante o período de indisponibilidade do veículo sinistrado. Devem ser definidos:**





- Prazo máximo de utilização (ex.: 7, 15 ou 30 dias);
- Categoria do veículo;
- Condições de uso.

4.1.11. Cobertura de Vidros, Faróis, Lanternas e Retrovisores Cobertura específica para reposição ou reparo de componentes como:

- Para-brisa;
- Vidros laterais e traseiros;
- Faróis;
- Lanternas;
- Retrovisores.

Geralmente possui franquia diferenciada e regras próprias.

4.1.12. Perda Total (Indenização Integral)

Caracteriza-se quando os danos ao veículo atingem percentual previamente definido (geralmente 75% do valor do bem), ou em casos de roubo/furto não recuperado. A indenização será paga conforme valor contratado (FIPE ou valor determinado).

4.1.13. Danos Morais

Cobertura adicional vinculada à responsabilidade civil, garantindo indenização por condenações judiciais decorrentes de danos extrapatrimoniais causados a terceiros, como sofrimento, constrangimento ou abalo psicológico.

4.2. Requisitos Gerais: A empresa contratada deverá comprovar plena capacidade técnica e operacional para a execução do fornecimento, incluindo experiência prévia compatível com o objeto contratual. É exigido que a empresa apresente estrutura adequada e disponibilidade para atendimento às demandas dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a qualidade e eficiência dos serviços prestados.

4.3. Requisitos Legais: A contratada deve estar em dia com suas obrigações fiscais, trabalhistas e de seguridade social, conforme ditam os normativos legais vigentes. Deve, também, observar todas as disposições legais relacionadas à proteção do trabalho, incluindo aquelas relativas ao trabalho noturno, ao trabalho perigoso e a proibição de trabalho infantil ou de forma análoga à de escravo.

4.4. Requisitos de Sustentabilidade: A contratada deverá demonstrar comprometimento com práticas sustentáveis, implementando ações que minimizem os impactos ambientais negativos de suas atividades.

4.5. Para atender integralmente à necessidade especificada, é essencial que a contratada cumpra com todos os requisitos aqui dispostos, evitando-se a relação de exigências excessivas que não se justifiquem pelo objeto da contratação ou que possam restringir indevidamente a competição. A busca por uma solução equilibrada e eficiente deve primar pela simplicidade e objetividade, focando nos aspectos que são verdadeiramente críticos para o sucesso da contratação, em conformidade com o Art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

4.6. Para fins de contratação deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**4.7.1. Habilitação Jurídica:**

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **4.7.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

d) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; g)

prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

i) prova de regularidade com a Fazenda Estadual e municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

j) caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na formata respectiva legislação de regência.

l) Às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que apresentarem restrição na comprovação



de regularidade fiscal será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventual Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa.

m) O prazo assegurado no subitem acima terá como termo inicial o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

n) A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no artigo 90, § 5º, da Lei Federal no 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata, ou revogar a licitação.

#### **4.7.3. Qualificação técnica:**

a) Será necessária experiência comprovada por meio de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação.

a.1) Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

b) Certidão de Regularidade emitida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, dentro do prazo de validade, que comprove que a seguradora está legalmente autorizada a operar e que se encontra com suas reservas técnicas cobertas e adequadas.

c) Comprovação de que a empresa possui estrutura operacional suficiente para atendimento das demandas, incluindo rede de assistência 24 horas (guincho, socorro mecânico, atendimento a sinistros etc.), com atuação na região onde se encontram os veículos segurados.

4.7.3.1 A qualificação técnico-operacional será verificada por meio de:

a) Comprovação de que a empresa disponibiliza canais de atendimento ao cliente 24 horas por dia (central telefônica, aplicativo, website, etc.);

#### **4.7.4. Habilitação econômico-financeira:**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, pessoa jurídica de direito privados, sob qualquer forma de constituição empresarial;

## **4.2 Requisitos da Cobertura**

4.2.1. O seguro deverá ser do tipo **compreensivo (seguro total)**, contemplando, no mínimo:

a) Cobertura de casco (colisão, incêndio, furto, roubo e danos causados pela natureza) de, no mínimo, o valor de mercado referenciado - 100% da tabela Fipe;

b) RCF/DMT (danos materiais a terceiros) - R\$ 100.000,00 (por veículo);

c) RCF/DPT (danos pessoais a terceiros) - R\$ 80.000,00 (por veículo);

d) APP (acidente pessoal por passageiros) - morte - R\$ 10.000,00 (por pessoa);

e) APP (acidente pessoal por passageiros) - invalidez permanente parcial - R\$ 15.000,00 (por pessoa);

f) Danos morais e estéticos (dm) - R\$ 10.000,00;



- g) Cobertura para vidros, retrovisores, lentes e faróis - rede referenciada - R\$ 25.000,00;
- h) Assistência 24 (vinte e quatro) horas para os veículos, passageiros e motoristas, 07 (sete) dias por semana, em todo o território nacional, com guincho e reboque ilimitado (sem limite de km); por um período de um ano, para toda a frota de veículos oficiais pertencentes ao município de Laje-Bahia.
- i) O seguro deverá contemplar, além das coberturas básicas, a disponibilização de **carro reserva**, por período mínimo de 20 dias, em caso de sinistro, pane ou indisponibilidade do veículo segurado, conforme condições da apólice.

A inclusão de carro reserva justifica-se pela necessidade de continuidade dos serviços públicos essenciais, evitando paralisações em atividades como saúde, transporte escolar e assistência social.

#### **4.3 Requisitos Operacionais**

- a) Emissão da apólice no prazo máximo a ser definido no instrumento contratual;
- b) Indicação de canal direto para abertura e acompanhamento de sinistros;
- c) Prazo razoável para regulação e pagamento de indenizações, conforme normas do setor;
- d) Disponibilização de rede credenciada compatível com a região de circulação dos veículos.

#### **4.4 Requisitos Contratuais**

- a) Vigência de 12 (doze) meses, contados da emissão da apólice;
- b) Definição clara dos valores de franquia;
- c) Previsão de endosso para eventuais alterações necessárias durante a vigência;
- d) Indicação formal de fiscal do contrato para acompanhamento e controle da execução.

#### **4.5 Requisitos de Sustentabilidade e Interesse Público**

A contratação visa assegurar a **proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades administrativas do Município**, por meio da cobertura securitária dos veículos da frota municipal, reduzindo riscos financeiros decorrentes de eventuais sinistros e garantindo maior segurança na utilização dos veículos oficiais.

#### **4.6. Da Apólice**

4.6.1. O custo, por apólice, a ser pago pela Prefeitura Municipal não deverá exceder os limites indicados no Termo de Referência.

4.6.2. Acontecendo de uma mesma empresa arrematar mais de um item para cobertura de seguro, a mesma deverá emitir as apólices individualizado por secretaria que contemple todos os itens arrematados;

4.6.3. A apólice de seguro automotor adotada deverá, ainda, conter impreterivelmente, a descrição dos itens conforme o subitem 4.2.1., observados os valores de cobertura constantes no Termo de Referência.

4.6.4. A empresa deverá entregar as apólices na Secretaria Municipal de Transportes ,no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da emissão da nota de empenho.

4.6.5. E, para a emissão de 2ª via, emissão de apólice por endosso ou para correção de dados,



como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, 30 dias a contar de pedido expresso pela Secretaria Municipal de Transportes.

## **5. Levantamento de Mercado**

### **5.1 Análise das Alternativas Existentes**

5.1.1. Com o objetivo de identificar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, a equipe técnica da **Secretaria de Transporte de Laje** realizou levantamento de mercado visando analisar a melhor forma de contratação de **seguro total para a frota leve e pesada do município**. No referido levantamento, foram consideradas as seguintes alternativas:

#### **Alternativa 1 – Auto seguro (assunção direta dos riscos pelo Município)**

Consiste na não contratação de seguro, assumindo o Município integralmente os custos decorrentes de eventuais sinistros, tais como: colisão, roubo, incêndio, danos a terceiros, acidentes com passageiros, entre outros.

##### **Análise:**

Essa alternativa mostrou-se inadequada, considerando que os veículos da frota são utilizados em transporte escolar e outras atividades do município, o que envolve elevado grau de responsabilidade civil e risco financeiro significativo em caso de acidentes.

**Conclusão:** A assunção direta dos riscos poderia gerar impacto orçamentário imprevisível, comprometendo recursos públicos e a capacidade de execução de outras políticas e serviços municipais.

#### **Alternativa 2 – Contratação de seguro parcial (coberturas restritas)**

Consiste na contratação de seguro com coberturas limitadas, excluindo determinados eventos ou reduzindo garantias, de forma a diminuir o valor do prêmio.

##### **Análise:**

Embora possa apresentar custo inicial menor, essa modalidade não atende plenamente ao interesse público, especialmente por se tratar de veículos utilizados no transporte escolar e em atividades essenciais nas áreas da saúde, da assistência social e na área administrativa do município, que exigem cobertura ampla, incluindo danos a terceiros e passageiros.

##### **Conclusão:**

Alternativa insuficiente para resguardar adequadamente o patrimônio público e garantir a segurança dos usuários, podendo gerar custos adicionais em caso de sinistros não cobertos.





### **Alternativa 3 – Contratação de seguro total (seguro compreensivo)**

Consiste na contratação de empresa especializada para a prestação do serviço de seguro total, abrangendo cobertura contra colisão, incêndio, roubo e furto dos veículos; Danos materiais e corporais a terceiros; Acidentes pessoais de passageiros; Assistência 24 horas, incluindo serviços emergenciais.

#### **Análise:**

Trata-se da solução mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e jurídico, pois garante Ampla proteção ao patrimônio público; Previsibilidade orçamentária, evitando gastos inesperados em caso de sinistros; Segurança a população e servidores transportados, alinhando-se ao interesse público.

#### **Conclusão:**

Alternativa mais vantajosa, compatível com o interesse público, e recomendada para contratação via **pregão eletrônico**, atendendo às normas da Lei nº 14.133/2021 e às melhores práticas de gestão de risco de frota municipal.

### **Conclusão do Levantamento**

Após análise das alternativas disponíveis no mercado, conclui-se que a contratação de seguro total (compreensivo), por meio de empresa seguradora devidamente autorizada, constitui a solução mais eficiente, segura e economicamente viável para atender às necessidades da Administração Municipal de Laje.

Considerando que:

- O serviço pretendido é amplamente ofertado no mercado securitário;
- O valor estimado da contratação foi obtido por pesquisa de preços compatível com o mercado, observando cotações e valores praticados por outras seguradoras;

Conclui-se que a contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, conforme regulamentação aplicável, garantindo:

1. Transparência e competitividade entre os fornecedores;
2. Previsibilidade orçamentária, evitando gastos inesperados;
3. Proteção completa ao patrimônio público e segurança dos usuários transportados.

Dessa forma, a contratação por pregão assegura a melhor relação custo-benefício, a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e a eficiência na gestão da frota leve e pesada do município.

### **6. Descrição da solução como um todo**

6.2. Após a realização do levantamento de mercado e da análise das alternativas disponíveis, definiu-se como solução mais adequada a contratação de empresa especializada para prestação de serviço de seguro total (seguro compreensivo) para a frota de veículos leve e pesado do Município de Laje/BA, com vigência de 12 (doze) meses.

6.3. A solução contempla a contratação de apólice com cobertura ampla, incluindo, no mínimo:





- Colisão, incêndio, roubo e furto;
- Perda parcial e perda total;
- Danos materiais e corporais a terceiros (Responsabilidade Civil Facultativa);
- Acidentes pessoais de passageiros (APP);
- Assistência 24 (vinte e quatro) horas;
- Cobertura em todo o território nacional.

6.4. A escolha da **Alternativa 3 – Seguro Total (Compreensivo)** justifica-se por ser a opção que melhor atende ao interesse público, garantindo proteção integral ao patrimônio público e maior segurança aos veículos da frota municipal, utilizados em atividades administrativas e operacionais essenciais.

6.5. Diferentemente das demais alternativas analisadas, o seguro total oferece:

- Maior previsibilidade orçamentária, evitando despesas inesperadas decorrentes de sinistros;
- Redução dos riscos financeiros e administrativos para o Município;
- Cobertura adequada da responsabilidade civil da Administração;
- Garantia de continuidade das atividades essenciais desempenhadas pela frota municipal.

6.6. Considerando que os veículos são utilizados em serviços essenciais do Município, a adoção de cobertura restrita ou a assunção direta dos riscos mostrou-se inadequada sob os aspectos técnico, jurídico e econômico.

6.7. Dessa forma, conclui-se que a contratação de seguro total constitui a solução mais eficiente, segura e vantajosa para atender às necessidades Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana e Rural, Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria de Ação Social e Secretaria de Saúde, assegurando a proteção dos bens públicos e a continuidade dos serviços essenciais prestados à população.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Estimativa das quantidades a serem contratadas são:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UND/MED	QUANT MES.	VALOR UNT. E TOTAL ESTIMADO
01	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>CAMINHÃO CAÇAMBA VW/26.280 E CONSTELLATION E5 6X4</b> Diesel MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OZD 8452 RENAVAL: 01001664334 CHASSI: 95365826XER418348	22780	und.	1	R\$ 10.933,35
02	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONO SEDAN DRIVE 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2022 PLACA: RPL 5I62 RENAVAL: 01328144698 CHASSI: 8AP359AFDNU211112	22764	und.	1	R\$ 4.575,69
03	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>TECTOP 15-210 4X2 E6</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO 2023 PLACA: SJV7J26 RENAVAL: 01384054593 CHASSI: 93ZA61LFZP8701321	22780	und.	1	R\$ 15.098,26
04	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO SPORTING 1.4</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2013 PLACA: OUJ7797 RENAVAL: 546768741 CHASSI: 9BD195193D045542	22764	und.	1	R\$ 3.408,00
05	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONOS SEDAN DRIVE 1,3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2022 PLACA: RPL 8A47 RENAVAL: 01328148090 CHASSI:	22764	und.	1	R\$ 4.575,69



	8AP359AFDNU217136				
06	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT DAILY 30-130CS</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO: 2021 PLACA: REP6F56 RENAVAL: 01275854580 CHASSI: 93ZC135AZN8496114	22780	und.	1	R\$ 10.124,19
07	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV9C39 RENAVAL: 01348696963 CHASSI: 9C6DG25D0P0011267	22764	und.	1	R\$ 2.827,22
08	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV6A74 RENAVAL: 01348698583 CHASSI: 9C6DG25D0P0011277	22764	und.	1	R\$ 2.827,22
09	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVA STRADA FREEDOM CD 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2025 PLACA: TMR7A61 RENAVAL: 01478938703 CHASSI: 9BD281BKPTYBC4862	22764	und.	1	R\$ 6.308,80
10	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0</b> Flex, MARCA: Ford ANO 2020 PLACA: RY4G43 RENAVAL: 01250560230 CHASSI: 9BFZH55L5M8084930	22764	und.	1	R\$ 3.618,07
11	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOBI LIKE</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2017 PLACA: PKT 4154 RENAVAL: 01134380981 CHASSI: 9BD341A5XJY470992	22764	und.	1	R\$ 3.394,30
12	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLO /VOLARE MINIBUS V8 L E5</b> Diesel, MARCA: MP Volare ANO 2013 PLACA: OUN 4754 RENAVAL: 00565134442 CHASSI: 93PB54M10EC048333	30127	und.	1	R\$ 5.055,09
13	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OUT 7116 RENAVAL: 00590606000 CHASSI: 9BM384069EB923745	30127	und.	1	R\$ 5.190,00
14	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD2152 RENAVAL: 00345689607 CHASSI: 9532882W9BR164651	30127	und.	1	R\$ 4.991,06
15	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD 3371 RENAVAL: 00345687140 CHASSI: 9532882W5BR164419	30127	und.	1	R\$ 4.991,06
16	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZD 6408 RENAVAL: 00345691318 CHASSI: 9532882W8BR170134	30127	und.	1	R\$ 4.991,06
17	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZE 3188 RENAVAL: 00350951330 CHASSI: 9532882W8BR170005	30127	und.	1	R\$ 4.991,06
18	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 4515, RENAVAL: 00534683118 CHASSI: 9532E82W5DR321216	30127	und.	1	R\$ 5.134,31
19	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 6672, RENAVAL: 00534684564 CHASSI: 9532E82W4DR320848	30127	und.	1	R\$ 5.134,31
20	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MERCEDES.BENZ-MICRO ONIBUS /LO 916 ESC R</b> Diesel, MARCA: M.BENZ, ANO 2021, PLACA: RPB7H60, RENAVAL: 01294177157, CHASSI: 9BM979282NB250899	30127	und.	1	R\$ 5.057,08
21	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS GRANCLASS 150S21E</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2016, PLACA: PKT2972, RENAVAL: 01135416262 CHASSI: 93ZA01LF0H8931805	30127	und.	1	R\$ 6.084,84
22	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS 15-210E-C</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2024, PLACA: SKC0J54 RENAVAL: 01399620921 CHASSI: 93ZK61LFZS8705301	30127	und.	1	R\$ 10.190,03
23	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPIN LT 1.8 8V</b> Flex, MARCA: Chevrolet ANO 2023, PLACA: RPU4G79 RENAVAL: 01338636330 CHASSI: 9BGJJ7520PE250665	22764	und.	1	R\$ 5.315,52
24	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6V</b> Flex, MARCA: Fiat, ANO 2022, PLACA: RPM4C21 RENAVAL: 01328423309 CHASSI: 9BD358ACVPYM29430	22764	und.	1	R\$ 4.333,00
25	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW, ANO 2025, PLACA: TMP 3H96 RENAVAL: 01484096115 CHASSI: 953AD5TF1TR032215	30127	und.	1	R\$ 5.776,15
26	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW, ANO 2026, PLACA: TMP 3I47, RENAVAL: 01484098673 CHASSI: 953AD5TF9TR031734	30127	und.	1	R\$ 5.776,15
27	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 SEDAN COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI, ANO 2026, PLACA: THC4G03 RENAVAL: 01460064884 CHASSI: 9BHCP41FATP767677	22764	und.	1	R\$ 4.600,89
28	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 LIMITED 1.0 TJD COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI ANO 2025, PLACA: THC3C81 RENAVAL: 01460069380 CHASSI: 9BHCP51EBTP770215	22764	und.	1	R\$ 5.067,50



29	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO CG 150 TITAN KS</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2006, PLACA: JQO 8354RENAVAM: 00916406679 CHASSI: 9C2KC08307R001362	22764	und.	1	R\$ 1.767,46
30	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLO /VOLARE MINIBUS W9 FLYLITAÇÃO E5</b> Diesel MARCA: MARCOPO VOLARE , ANO 2013, PLACA: EVU4F47RENAVAM: 00565115464 CHASSI: 93PB40N31DC047303	30127	und.	1	R\$ 5.343,60
31	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8 V EVO</b> Flex ANO 2018, PLACA: PLF0186RENAVAM: 01165248716 CHASSI: 9BD195A4ZK0846557	22764	und.	1	R\$ 3.503,99
32	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>L 200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GLS 2.4 4X4 AUT</b> Flex MARCA: MITSUBISHI ANO:2018, PLACA: PLU 2D63RENAVAM: 01199970538 CHASSI: 93XLJKL1TKCJ18354	22764	und.	1	R\$ 6.511,33
33	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA MASTER FURGÃO 2.3 16V DCI</b> Diesel MARCA: Renault , ANO 2021, PLACA: RDQ6B30, RENAVAM: 01287962049 CHASSI: 93YMAFEXANJ119437	22764	und.	1	R\$ 7.917,62
34	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA NOVA FIORINO WORK HARD 1.4 8V</b> Flex MARCA: Fiat , ANO 2021 ,PLACA: RET4A27 RENAVAM: 01289862459 CHASSI: 9BD2651MHM9198336	22764	und.	1	R\$ 6.277,24
35	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA HILUX CAB DUP 2.8 4X4</b> Diesel MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: SKI 8C45 RENAVAM: 01405985973 CHASSI: 8AJDA8CB9R6060734	22764	und.	1	R\$ 8.916,63
36	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 1180 RENAVAM: 013276274558 CHASSI: 9BD358ACVPYM29311	22764	und.	1	R\$ 4.333,00
37	Prestação de serviço de seguro total para o <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 6A63RENAVAM: 01327628322 CHASSI: 9BD358ACVPYM29388	22764	und.	1	R\$ 4.333,00
38	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA RENAULT MASTER FORGÃO PRO 2.3 16 V DCI</b> Diesel MARCA: Renault ANO 2026, PLACA: THE 5J99 RENAVAM: 01452553294 CHASSI: 93YF62S05TJ331382	22764	und.	1	R\$ 8.296,16
39	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>TRANSIT MINIBUS 2.0 16 v 18L AUT B46 E AMB</b> Diesel MARCA: Ford ANO 2025, PLACA: TGY6H69 RENAVAM: 01448466196 CHASSI: WFOJTTBF0TU019916	30127	und.	1	R\$ 9.696,31
40	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>YARIS HATCH XL 1.5</b> Flex MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: TGS1I36 RENAVAM: 01437734666 CHASSI: 9BRKC3F33S8350951	22764	und.	1	R\$ 5.537,44
41	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPRINTER GREEAM 517 CDI EXTRA LONGAT.ALTO ( E6)</b> Diesel, MARCA: M.Benz, ANO 2023,PLACA: SJP6D42 RENAVAM: 01371423471 CHASSI: 8AC907643RE231287	22764	und.	1	R\$ 9.942,39
42	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA A AMBULANCIA MASTER L2 RAY AB., ( DIESEL MARCA: <b>RENAULT ANO 2026, PLACA: TNT8J47</b> RENAVAM:01486570884 CHASSI:93YF62S08VJ539159 )	22764	und.	1	R\$ 10.674,54
43	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2012,PLACA: OKM 8403 RENAVAM: 00484038427 CHASSI: C2K00540CR548617	22764	und.	1	R\$ 1.908,55
44	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO: 2012, PLACA:OKM1256 RENAVAM: 00484034987 CHASSI: 9C2K00540CR557338	22764	und.	1	R\$ 1.908,55
45	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0 TICVT</b> Flex MARCA: Ford, ANO 2020 ,PLACA: RCU 4D46 RENAVAM: 01242053708 CHASSI: 9BFZH55L4M8048114	22764	und.	1	R\$ 3.618,07
46	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO PEUGEOT 208 HATCH LIKE MT 1.0 6V</b> Flex MARCA: PEUGEOT ANO 2023, PLACA: SJP 3G71 RENAVAM: 01370318429CHASSI: 8ADUEFC23RG528799	22764	und.	1	R\$ 4.736,24
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO:</b>					<b>R\$ 265.592,02</b>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor total da contratação está estimado em aproximadamente **R\$ 265.592,02** (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.2. A presente contratação será realizada de forma unificada, **não sendo tecnicamente recomendável o parcelamento da solução.**



9.3. O objeto refere-se à prestação de serviços de seguro total para os veículos pertencentes à frota do Município de Laje/BA, caracterizando-se como um serviço de natureza contínua e integrada. A eventual divisão do objeto em parcelas, com a contratação de diferentes seguradoras, poderia comprometer a padronização das coberturas securitárias, gerar inconsistências nas condições contratuais e dificultar a gestão e fiscalização dos contratos.

9.4. Além disso, a centralização da contratação em uma única empresa assegura maior eficiência administrativa, especialmente no gerenciamento de apólices, controle de vigência, regulação de sinistros e acionamento de assistência 24 horas. A fragmentação do objeto tenderia a aumentar a complexidade operacional, podendo ocasionar atrasos e prejuízos no atendimento das demandas das secretarias municipais.

9.5. Sob o aspecto econômico, a contratação global possibilita ganho de escala, tornando a proposta mais vantajosa para a Administração, com melhores condições de preço e cobertura. Por outro lado, o parcelamento pode elevar os custos totais da contratação e reduzir o poder de negociação do Município.

9.6. Ressalta-se que, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser adotado quando for técnica e economicamente viável. No presente caso, verifica-se que o não parcelamento atende de forma mais eficiente ao interesse público, garantindo economicidade, padronização e maior segurança na execução contratual.

9.7. Dessa forma, conclui-se que a contratação em **lote único** é a alternativa mais adequada, sob os aspectos técnico, operacional e econômico, assegurando a continuidade dos serviços públicos e a proteção do patrimônio público municipal.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.2. Não se aplica ao objeto da contratação sob estudo.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.2. O Plano Anual de Contratações do Município de Laje encontra-se em desenvolvimento. Contudo, a contratação do seguro da frota **está prevista no planejamento estratégico e no orçamento anual das** Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana e Rural, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde, garantindo conformidade com o **Planejamento Plurianual e com as diretrizes orçamentárias do Município.**

## **12. Resultados Pretendidos**

12.2. Com a contratação do seguro total para a frota de veículos leves do município, pretende-se:

- Garantir a proteção do patrimônio público contra eventuais sinistros;
- Assegurar cobertura para danos materiais, corporais e responsabilidade civil;
- Proporcionar maior segurança aos estudantes e servidores usuários do transporte escolar, os pacientes em tratamento fora do domicílio (TFD), aos servidores em manutenção das estradas vicinais e aos servidores em serviços sociais, administrativos dentre outros;
- Reduzir impactos financeiros decorrentes de acidentes ou ocorrências imprevistas;



- Assegurar a continuidade do serviço público sem prejuízos à Administração.

12.3. A contratação visa, portanto, conferir segurança jurídica, previsibilidade orçamentária e eficiência na gestão dos riscos relacionados à utilização dos veículos oficiais.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.2. Não existem providências decorrentes para esta administração no caso específico dessa prestação de serviço.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A contratada deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, referente aos critérios de Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º, no que couber.

14.2. A contratada deverá seguir os critérios compatíveis com os padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, no que couber.

### **15. Declaração de Viabilidade**

15.2. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### **16. Justificativa da Viabilidade**

16.2. A contratação de seguro total para toda a frota municipal, abrangendo veículos leves e pesados do Município de Laje, é técnica e economicamente viável, por se tratar de serviço comum e amplamente disponível no mercado securitário.

16.3. A medida assegura proteção integral do patrimônio público, redução dos riscos financeiros e administrativos decorrentes de sinistros, continuidade das atividades essenciais desempenhadas pela frota municipal. Além disso, a contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, mostrando-se adequada e necessária para a Administração.

### **17. Responsáveis**

Laje-BA, 23 de março de 2026.

---

Ivana Sousa da Silva

Comissão de Planejamento  
Matrícula nº 255

---

Isaac Felicissimo dos Santos

Membro

Matrícula nº 110321202



## MATRIZ DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO





Seguro da frota de veículos oficiais – Município de Laje-Ba

Objeto: Contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.

Nº	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível	Tratamento	Responsável	
1	Ausência de propostas válidas	Média	Alto	Alto	Adequar exigências do edital e realizar pesquisa de mercado	Setor de Licitações	
2	Sobrepço na contratação	Média	Alto	Alto	Realizar pesquisa de preços	Setor de Compras	
3	Cobertura insuficiente	Baixa	Alto	Médio	Definir coberturas mínimas	Setor Requisitante	
4	Atraso na emissão da apólice	Média	Alto	Alto	Estabelecer prazo e penalidades	Fiscal do Contrato	
5	Negativa de sinistro	Média	Alto	Alto	Exigir condições claras	Gestor do Contrato	
6	Falha na assistência 24h	Média	Médio	Médio	Exigir rede credenciada	Fiscalização	
7	Descontinuidade do serviço	Baixa	Alto	Médio	Análise financeira da empresa	Setor de Licitações	



8	Falha na comunicação de sinistro	Baixa	Médio	Baixo	Capacitação dos servidores	Gestor da Frota	
9	Cobertura insuficiente a terceiros	Baixa	Alto	Médio	Definir limites adequados	Setor Técnico	
10	Uso inadequado da frota	Média	Médio	Médio	Controle interno	Secretarias	

 Baixa	 Média	 moderada	 Alta	AÇÕES DE CONTROLE DE RISCO
ASSINATURAS				
ENVOLVIDOS		LIDERANÇA	SECRETARIA DE TRANSPORTE	

Classificação: Probabilidade (Baixa/Média/Alta) | Impacto (Baixo/Médio/Alto).

**IVANA SOUSA DA SILVA**

**Comissão de planejamento**

**MODELO DE TERMO DE CONTRATO**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E**  
**CONTRATAÇÃO DIRETA.**

(Processo Administrativo nº **XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX**)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **XX/XXXX**, QUE FAZEM  
ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL LAJE, POR  
INTERMÉDIO DO (A) ..... E  
.....

O **MUNICÍPIO DE LAJE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.825.492/0001-04, com sede na Praça Raimundo José de Almeida nº 01, na cidade de Laje-BA, neste ato representado pelo prefeita Sra. **JACIARA REIS DOS SANTOS**, Brasileira, Divorciada, maior, residente e domiciliado no Loteamento Expansão, nº 52 -Centro – Laje – Bahia, CEP: 45.490-000, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº XX/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico. XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UND/MED	QUANT MES.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>CAMINHÃO CAÇAMBA VW/26.280 E CONSTELLATION E5 6X4</b> Diesel MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OZD 8452 RENAVAL: 01001664334 CHASSI 95365826XER418348	2278 0	und .	1		
02	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONO SEDAN DRIVE 1.3 8V Flex</b> , MARCA: Fiat ANO: 2022 PLACA: RPL 5I62 RENAVAL: 01328144698 CHASSI: 8AP359AFDNU211112	2276 4	und .	1		
03	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>TECTOP 15-210 4X2 E6</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO 2023 PLACA: SJV7J26 RENAVAL: 01384054593 CHASSI: 93ZA61LFZP8701321	2278 0	und .	1		
04	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO SPORTING 1.4 Flex</b> , MARCA: Fiat ANO 2013 PLACA: OUJ7797 RENAVAL: 546768741 CHASSI: 9BD195193D045542	2276 4	und .	1		

05	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONOS SEDAN DRIVE 1,3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2022 PLACA: RPL 8A47 RENAVAL: 01328148090 CHASSI: 8AP359AFDNU217136	2276 4	und .	1		
06	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT DAILY 30-130CS</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO: 2021 PLACA: REP6F56 RENAVAL: 01275854580 CHASSI: 93ZC135AZN8496114	2278 0	und .	1		
07	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV9C39 RENAVAL: 01348696963 CHASSI: 9C6DG25D0P0011267	2276 4	und .	1		
08	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV6A74 RENAVAL: 01348698583CHASSI: 9C6DG25D0P0011277	2276 4	und .	1		
09	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVA STRADA FREEDOM CD 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2026 PLACA: TMR7A61 RENAVAL: 01478938703 CHASSI: 9BD281BKPTYBC4862	2276 4	und .	1		
10	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0</b> Flex, MARCA: Ford ANO 2020 PLACA: RY4G43 RENAVAL: 01250560230 CHASSI: 9BFZH55L5M8084930	2276 4	und .	1		
11	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOBI LIKE</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2017 PLACA: PKT 4154 RENAVAL: 01134380981 CHASSI: 9BD341A5XJY470992	2276 4	und .	1		
12	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLO /VOLARE MINIBUS V8 L E5</b> Diesel, MARCA: MP Volare ANO 2013 PLACA: OUN 4754 RENAVAL: 00565134442 CHASSI: 93PB54M10EC048333	3012 7	und .	1		
13	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OUT 7116 RENAVAL: 00590606000 CHASSI: 9BM384069EB923745	3012 7	und .	1		
14	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD2152 RENAVAL: 00345689607 CHASSI: 9532882W9BR164651	3012 7	und .	1		
15	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD 3371 RENAVAL: 00345687140 CHASSI: 9532882W5BR164419	3012 7	und .	1		
16	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZD 6408 RENAVAL: 00345691318 CHASSI: 9532882W8BR170134	3012 7	und .	1		
17	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZE 3188 RENAVAL: 00350951330 CHASSI: 9532882W8BR170005	3012 7	und .	1		
18	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 4515, RENAVAL: 00534683118 CHASSI: 9532E82W5DR321216	3012 7	und .	1		
19	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD</b> Diesel, MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 6672, RENAVAL: 00534684564CHASSI: 9532E82W4DR320848	3012 7	und .	1		
20	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MERCEDES.BENZ-MICRO ONIBUS /LO 916 ESC R</b> Diesel, MARCA: M.BENZ, ANO 2021, PLACA: RPB7H60, RENAVAL: 01294177157, CHASSI: 9BM979282NB250899	3012 7	und .	1		
21	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS GRANCLASS 150S21E</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2016, PLACA: PKT2972, RENAVAL: 01135416262 CHASSI: 93ZA01LF0H8931805	3012 7	und .	1		
22	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS 15-210E-C</b> Diesel, MARCA: Iveco, ANO 2024, PLACA: SKC0J54 RENAVAL: 01399620921 CHASSI: 93ZK61LFZS8705301	3012 7	und .	1		
23	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPIN LT 1.8 8V</b> Flex, MARCA: Chevrolet ANO 2023, PLACA: RPU4G79 RENAVAL: 01338636330 CHASSI: 9BGJJ7520PE250665	2276 4	und .	1		
24	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6V</b> Flex, MARCA: Fiat, ANO 2022, PLACA: RPM4C21 RENAVAL: 01328423309 CHASSI: 9BD358ACVPYM29430	2276 4	und .	1		

25	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW ,ANO 2026, PLACA: TMP 3H96 RENAAM: 01484096115 CHASSI: 953AD5TF1TR032215	3012 7	und .	1		
26	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E</b> Diesel MARCA: VW , ANO 2026, PLACA: TMP 3I47, RENAAM: 01484098673 CHASSI: 953AD5TF9TR031734	3012 7	und .	1		
27	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 SEDAN COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI, ANO 2026, PLACA: THC4G03 RENAAM: 01460064884 CHASSI: 9BHCP41FATP767677	2276 4	und .	1		
28	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 LIMITED 1.0 TJD COMFOR 1.0 12V</b> Flex MARCA: HYUNDAI ANO 2026, PLACA: THC3C81RENAAM: 01460069380 CHASSI: 9BHCP51EBTP770215	2276 4	und .	1		
29	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO CG 150 TITAN KS</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2006, PLACA: JQO 8354RENAAM: 00916406679 CHASSI: 9C2KC08307R001362	2276 4	und .	1		
30	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLO /VOLARE MINIBUS W9 FLYLITAÇÃO E5</b> Diesel MARCA: MARCOPO VOLARE , ANO 2013, PLACA: EVU4F47 RENAAM: 00565115464 CHASSI: 93PB40N31DC047303	3012 7	und .	1		
31	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8 V EVO</b> Flex ANO 2018, PLACA: PLF0186 RENAAM: 01165248716 CHASSI: 9BD195A4ZK0846557	2276 4	und .	1		
32	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>L 200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GLS 2.4 4X4 AUT</b> Flex MARCA: MITSUBISHI ANO:2018, PLACA: PLU 2D63RENAAM: 01199970538 CHASSI: 93XLJL1TKCJ18354	2276 4	und .	1		
33	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA MASTER FURGÃO 2.3 16V DCI</b> Diesel MARCA: Renault , ANO 2021, PLACA: RDQ6B30, RENAAM: 01287962049 CHASSI: 93YMAFEXANJ119437	2276 4	und .	1		
34	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA NOVA FIORINO WORK HARD 1.4 8V</b> Flex MARCA: Fiat , ANO 2021 ,PLACA: RET4A27 RENAAM: 01289862459 CHASSI: 9BD2651MHM9198336	2276 4	und .	1		
35	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULÂNCIA HILUX CAB DUP 2.8 4X4</b> Diesel MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: SKI 8C45 RENAAM: 01405985973 CHASSI: 8AJDA8CB9R6060734	2276 4	und .	1		
36	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 1I80 RENAAM: 013276274558 CHASSI: 9BD358ACVPYM29311	2276 4	und .	1		
37	Prestação de serviço de seguro total para o <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 6A63RENAAM: 01327628322 CHASSI: 9BD358ACVPYM29388	2276 4	und .	1		
38	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA RENAULT MASTER FORGÃO PRO 2.3 16 V DCI</b> Diesel MARCA: Renault ANO 2026, PLACA: THE 5J99 RENAAM: 01452553294 CHASSI: 93YF62S05TJ331382	2276 4	und .	1		
39	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>TRANSIT MINIBUS 2.0 16 v 18L AUT B46 E AMB</b> Diesel MARCA: Ford ANO 2026, PLACA: TGY6H69 RENAAM: 01448466196 CHASSI: WF0JTTBF0TU019916	3012 7	und .	1		
40	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>YARIS HATCH XL 1.5</b> Flex MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: TGS1I36 RENAAM: 01437734666 CHASSI: 9BRKC3F33S8350951	2276 4	und .	1		
41	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPRINTER GREEAM 517 CDI EXTRA LONGAT.ALTO ( E6)</b> Diesel, MARCA: M.Benz, ANO 2023,PLACA: SJP6D42 RENAAM: 01371423471 CHASSI: 8AC907643RE231287	2276 4	und .	1		
42	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA A AMBULÂNCIA MÁSTER L2 RAY AB., ( DIESEL MARCA: <b>RENAUT ANO 2026, PLACA: TNT8J47</b> RENAAM:01486570884 CHASSI:93YF62S08VJ539159 )	2276 4	und .	1		
43	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2012,PLACA: OKM 8403 RENAAM: 00484038427 CHASSI: C2K00540CR548617	2276 4	und .	1		

<b>44</b>	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO: 2012, PLACA: OKM1256 RENAVAL: 00484034987 CHASSI: 9C2K00540CR557338	2276 4	und .	1		
<b>45</b>	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0 TICVT</b> Flex MARCA: Ford, ANO 2020 ,PLACA: RCU 4D46 RENAVAL: 01242053708 CHASSI: 9BFZH55L4M8048114	2276 4	und .	1		
<b>46</b>	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO PEUGEOT 208 HATCH LIKE MT 1.0 6V</b> Flex MARCA: PEUGEOT ANO 2023, PLACA: SJP 3G71 RENAVAL: 01370318429CHASSI: 8ADUEFC23RG528799	2276 4	und .	1		
<b>VALOR TOTAL</b>						<b>R\$ 0,00</b>

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. *O Edital da Licitação;*
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:



8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 15, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

- 13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:
- 13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
  - 13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
- 13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
  - 13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
  - 13.8.3. Das indenizações e multas.
- 13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
  - 13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade

de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de Laje para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

*[Local], [dia] de [mês] de [ano].*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**

1-



2-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**

(Processo Administrativo nº \*\*/2026)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \*\*\*/2026**

Planilha de Preços e Quantitativos  
[ para envio pelos melhores classificados ]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO: contratação de empresa para a prestação do serviço de seguro total para os veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Laje com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24 horas.		

## Modelo Proposta de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	CATSER	UND/MED	QUANT MES.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
01	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>CAMINHÃO CAÇAMBA VW/26.280 E CONSTELLATION E5 6X4</b> Diesel MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OZD 8452 RENAVAL: 01001664334 CHASSI 95365826XER418348	2278 0	und .	1		
02	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONO SEDAN DRIVE 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2022 PLACA: RPL 5162 RENAVAL: 01328144698 CHASSI: 8AP359AFDNU211112	2276 4	und .	1		
03	Prestação de serviço de seguro total para o veículo tipo <b>TECTOP 15-210 4X2 E6</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO 2023 PLACA: SJV7J26 RENAVAL: 01384054593 CHASSI: 93ZA61LFZP8701321	2278 0	und .	1		
04	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO SPORTING 1.4</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2013 PLACA: OUJ7797 RENAVAL: 546768741 CHASSI: 9BD195193D045542	2276 4	und .	1		
05	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>CRONOS SEDAN DRIVE 1,3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2022 PLACA: RPL 8A47 RENAVAL: 01328148090 CHASSI: 8AP359AFDNU217136	2276 4	und .	1		
06	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT DAILY 30-130CS</b> Diesel, MARCA: Iveco ANO: 2021 PLACA: REP6F56 RENAVAL: 01275854580 CHASSI: 93ZC135AZN8496114	2278 0	und .	1		
07	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV9C39 RENAVAL: 01348696963 CHASSI: 9C6DG25D0P0011267	2276 4	und .	1		
08	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO XTZ 150 CROSSER S ABS</b> Flex, MARCA: Yamaha ANO 2023 PLACA: RPV6A74 RENAVAL: 01348698583 CHASSI: 9C6DG25D0P0011277	2276 4	und .	1		
09	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVA STRADA FREEDOM CD 1.3 8V</b> Flex, MARCA: Fiat ANO 2026 PLACA: TMR7A61 RENAVAL: 01478938703 CHASSI: 9BD281BKPTYBC4862	2276 4	und .	1		

10	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0 Flex</b> , MARCA: Ford ANO 2020 PLACA: RCY4G43 RENAVAL: 01250560230 CHASSI: 9BFZH55L5M8084930	2276 4	und .	1		
11	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOBI LIKE</b> Flex, MARCA: Fiat ANO: 2017 PLACA: PKT 4154 RENAVAL: 01134380981 CHASSI: 9BD341A5XJY470992	2276 4	und .	1		
12	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLLO /VOLARE MINIBUS V8 L E5 Diesel</b> , MARCA: MP Volare ANO 2013 PLACA: OUN 4754 RENAVAL: 00565134442 CHASSI: 93PB54M10EC048333	3012 7	und .	1		
13	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2013 PLACA: OUT 7116 RENAVAL: 00590606000 CHASSI: 9BM384069EB923745	3012 7	und .	1		
14	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD2152 RENAVAL: 00345689607 CHASSI: 9532882W9BR164651	3012 7	und .	1		
15	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2011 PLACA: NZD 3371 RENAVAL: 00345687140 CHASSI: 9532882W5BR164419	3012 7	und .	1		
16	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZD 6408 RENAVAL: 00345691318 CHASSI: 9532882W8BR170134	3012 7	und .	1		
17	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2011, PLACA: NZE 3188 RENAVAL: 00350951330 CHASSI: 9532882W8BR170005	3012 7	und .	1		
18	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 4515, RENAVAL: 00534683118 CHASSI: 9532E82W5DR321216	3012 7	und .	1		
19	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>ÔNIBUS 15.190 EOD Diesel</b> , MARCA: VW ANO 2013, PLACA: OLG 6672, RENAVAL: 00534684564 CHASSI: 9532E82W4DR320848	3012 7	und .	1		
20	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MERCEDES.BENZ-MICRO ONIBUS /LO 916 ESC R Diesel</b> , MARCA: M.BENZ, ANO 2021, PLACA: RPB7H60, RENAVAL: 01294177157, CHASSI: 9BM979282NB250899	3012 7	und .	1		
21	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS GRANCLASS 150S21E Diesel</b> , MARCA: Iveco, ANO 2016, PLACA: PKT2972, RENAVAL: 01135416262 CHASSI: 93ZA01LF0H8931805	3012 7	und .	1		
22	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>IVECO/FIAT ÔNIBUS 15-210E-C Diesel</b> , MARCA: Iveco, ANO 2024, PLACA: SKC0J54 RENAVAL: 01399620921 CHASSI: 93ZK61LFZS8705301	3012 7	und .	1		
23	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPIN LT 1.8 8V Flex</b> , MARCA: Chevrolet ANO 2023, PLACA: RPU4G79 RENAVAL: 01338636330 CHASSI: 9BGJJ7520PE250665	2276 4	und .	1		
24	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6V Flex</b> , MARCA: Fiat, ANO 2022, PLACA: RPM4C21 RENAVAL: 01328423309 CHASSI: 9BD358ACVPYM29430	2276 4	und .	1		
25	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E Diesel</b> MARCA: VW ,ANO 2026, PLACA: TMP 3H96 RENAVAL: 01484096115 CHASSI: 953AD5TF1TR032215	3012 7	und .	1		
26	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MICRONIBUS 8.18 0E Diesel</b> MARCA: VW ,ANO 2026, PLACA: TMP 3I47, RENAVAL: 01484098673 CHASSI: 953AD5TF9TR031734	3012 7	und .	1		
27	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 SEDAN COMFOR 1.0 12V Flex</b> MARCA: HYUNDAI, ANO 2026, PLACA: THC4G03 RENAVAL: 01460064884 CHASSI: 9BHCP41FATP767677	2276 4	und .	1		
28	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO HB20 LIMITED 1.0 TDI COMFOR 1.0 12V Flex</b> MARCA: HYUNDAI ANO 2026, PLACA: THC3C81RENAVAL: 01460069380 CHASSI: 9BHCP51EBTP770215	2276 4	und .	1		
29	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO CG 150 TITAN KS Gasolina</b> MARCA: Honda ANO 2006, PLACA: JQO 8354RENAVAL: 00916406679 CHASSI: 9C2KC08307R001362	2276 4	und .	1		
30	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MARCOPOLLO /VOLARE MINIBUS W9 FLYLITAÇÃO E5 Diesel</b> MARCA: MARCOPO VOLARE , ANO 2013, PLACA: EVU4F47 RENAVAL: 00565115464 CHASSI:	3012 7	und .	1		

	93PB40N31DC047303					
31	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO UNO ATTRACTIVE 1.0 8 V EVO</b> Flex ANO 2018, PLACA: PLF0186 RENAVAL: 01165248716 CHASSI: 9BD195A4ZK0846557	2276 4	und .	1		
32	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>L 200 PICK-UP CAB DUP SPORT TRITON GLS 2.4 4X4 AUT</b> Flex MARCA: MITSUBISHI ANO:2018, PLACA: PLU 2D63RENAVAL: 01199970538 CHASSI: 93XLJKL1TKCJ18354	2276 4	und .	1		
33	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA MASTER FURGÃO 2.3 16V DCI</b> Diesel MARCA: Renault , ANO 2021, PLACA: RDQ6B30, RENAVAL: 01287962049 CHASSI: 93YMAFEXANJ119437	2276 4	und .	1		
34	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA NOVA FIORINO WORK HARD 1.4 8V</b> Flex MARCA: Fiat , ANO 2021 ,PLACA: RET4A27 RENAVAL: 01289862459 CHASSI: 9BD2651MHM9198336	2276 4	und .	1		
35	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULÂNCIA HILUX CAB DUP 2.8 4X4</b> Diesel MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: SKI 8C45 RENAVAL: 01405985973 CHASSI: 8AJDA8CB9R6060734	2276 4	und .	1		
36	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 1180 RENAVAL: 013276274558 CHASSI: 9BD358ACVPYM29311	2276 4	und .	1		
37	Prestação de serviço de seguro total para o <b>FIAT ARGO 1.0 6v</b> Flex MARCA: Fiat ANO 2022, PLACA: RPL 6A63RENAVAL: 01327628322 CHASSI: 9BD358ACVPYM29388	2276 4	und .	1		
38	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>AMBULANCIA RENAULT MASTER FORGÃO PRO 2.3 16 V DCI</b> Diesel MARCA: Renault ANO 2026, PLACA: THE 5J99 RENAVAL: 01452553294 CHASSI: 93YF62S05TJ331382	2276 4	und .	1		
39	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>TRANSIT MINIBUS 2.0 16 v 18L AUT B46 E AMB</b> Diesel MARCA: Ford ANO 2026, PLACA: TGY6H69 RENAVAL: 01448466196 CHASSI: WF0JTTBF0TU019916	3012 7	und .	1		
40	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>YARIS HATCH XL 1.5</b> Flex MARCA: Toyota ANO 2024, PLACA: TGS1I36 RENAVAL: 01437734666 CHASSI: 9BRKC3F33S8350951	2276 4	und .	1		
41	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>SPRINTER GREEAM 517 CDI EXTRA LONGAT.ALTO ( E6)</b> Diesel, MARCA: M.Benz, ANO 2023,PLACA: SJP6D42 RENAVAL: 01371423471 CHASSI: 8AC907643RE231287	2276 4	und .	1		
42	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO TOTAL PARA A AMBULÂNCIA MÂSTER L2 RAY AB., ( DIESEL MARCA: <b>RENAUT ANO 2026, PLACA: TNT8J47</b> RENAVAL:01486570884 CHASSI:93YF62S08VJ539159 )	2276 4	und .	1		
43	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO 2012,PLACA: OKM 8403 RENAVAL: 00484038427 CHASSI: C2K00540CR548617	2276 4	und .	1		
44	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>MOTO NXR150 BROS ESD MIX</b> Gasolina MARCA: Honda ANO: 2012, PLACA:OKM1256 RENAVAL: 00484034987 CHASSI: 9C2K00540CR557338	2276 4	und .	1		
45	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO KA SE/SE PLUS 1.0 TICVT</b> Flex MARCA: Ford, ANO 2020 ,PLACA: RCU 4D46 RENAVAL: 01242053708 CHASSI: 9BFZH55L4M8048114	2276 4	und .	1		
46	Prestação de serviço de seguro total para o veículo <b>NOVO PEUGEOT 208 HATCH LIKE MT 1.0 6V</b> Flex MARCA: PEUGEOT ANO 2023, PLACA: SJP 3G71 RENAVAL: 01370318429CHASSI: 8ADUEFC23RG528799	2276 4	und .	1		
<b>VALOR TOTAL</b>						

Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a

execução do contrato.

- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.	
Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº ***/2026.	
RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE	
_____, ____/____/____	
LOCAL	DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE